



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Pensando o Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos¹

Eloisa Beling Loose²

Resumo: As mudanças climáticas se tornaram uma das questões ambientais centrais na esfera pública contemporânea. Este artigo (re)penha os pressupostos teóricos do Jornalismo Ambiental (JA) tendo em vista os estudos sobre riscos associados às alterações do clima. A partir da literatura que aborda riscos, percepção de riscos e enfrentamento, discute-se de que maneira é possível melhorar a cobertura jornalística sobre as mudanças do clima, considerando as bases epistemológicas já conhecidas sobre o jornalismo que é comprometido com o meio ambiente. Por fim, sugere-se a incorporação de novos aspectos, tais como o princípio da precaução e a ênfase na relação local-global, de modo a oferecer subsídios para o trabalho jornalístico voltado para este assunto amplo e complexo.

Palavras-Chave: Jornalismo Ambiental. Riscos. Mudanças Climáticas. Enfrentamento. Percepção de Risco.

1. Jornalismo e mudanças climáticas

As mudanças climáticas (MCs) são hoje, muitas vezes, a representação mais forte da própria questão ambiental, sendo uma das preocupações centrais nas arenas públicas e políticas nas últimas quatro décadas (HANSEN, 2010). Para além de um tema em pauta, Wilson (2000) afirma que o fenômeno pode ser o maior risco ambiental do nosso tempo. Considerando a amplitude, destaque e urgência do assunto, repleto de incertezas, é que se discutem seus riscos e as formas mais eficazes de comunicar sobre ele, através das lentes do jornalismo, de modo a gerar uma cultura de enfrentamento.

A cobertura jornalística sobre MCs começou a ser feita com mais frequência a partir dos anos 1980, quando os debates científicos se intensificaram e a opinião pública, especialmente nos Estados Unidos, tomou conhecimento do que seria o aquecimento global, o aspecto mais evidente das alterações. O fato do verão americano de 1988 ter sido um dos mais quentes até então e ter acarretado uma série de perdas, além do discurso da primeira-ministra britânica da época,

1 Artigo derivado da pesquisa de doutorado da autora, a ser concluída em março de 2016. Integra o Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS e o Grupo de Pesquisa Interfaces: Comunicação, Educação e Meio Ambiente da UFPR.

2 Jornalista formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio doutoral na Universidade do Minho (UMinho). Bolsista CNPq. E-mail: eloisa.loose@gmail.com.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Margareth Thatcher, no mesmo ano, que reconheceu a relevância da discussão acerca das alterações do clima, são alguns aspectos que ajudam a entender este acréscimo na visibilidade que as MCs ganharam. Esse momento também gerou pressão para que os Estados Unidos assumissem um papel de liderança nas negociações, que resultaram posteriormente a formação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) e a convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1989 (VIVARTA, 2010; BOYKOFF, 2011).

A partir de então, a inserção das MCs na pauta dos meios de comunicação só foi sendo ampliada, embora a cobertura do tema, assim como já constatado com outros assuntos ambientais (HANSEN, 2010), nunca tenha ocorrido de forma sistemática. As alterações do clima se tornam pauta nos veículos de comunicação durante a divulgação de pesquisas e relatórios científicos, desastres climáticos e a realização de eventos políticos que concentram chefes de estado, ou seja, de forma esporádica (LOOSE, LIMA & CARVALHO, 2014). A forma pela qual as notícias são construídas também é criticada: muitas vezes o assunto é apresentado como algo distante da realidade do leitor (ênfase na escala global), contribuindo para o não envolvimento das pessoas com o enfrentamento de seus riscos (O'NEILL & NICHOLSON-COLE, 2009); as consequências das MCs são apresentadas de forma alarmista e/ou sensacionalista (HULME, 2009), gerando medo ou sensação de impotência diante da questão; a tradição jornalística de apresentar os dois lados da questão (equilíbrio informativo) acaba promovendo o lado cético da questão climática e gerando dúvidas, desinformação, além de um atraso na compreensão da urgência do tema (BOYKOFF & BOYKOFF, 2004); e há concentração nas vozes e no enquadramento relacionado à política internacional, muito em razão das COPs (MERCADO, 2012; CARVALHO, 2011).

As pesquisas nesta área começaram e se concentram nos países europeus e nos Estados Unidos. Apenas na última década a cobertura das MCs passou a ser objeto de interesse em outros países, como os da América do Sul. Alcaraz (2011) diz que nesta região do globo o crescimento da cobertura midiática emerge, sobretudo, após a divulgação do *Informe Stern* e do documentário *Uma Verdade Inconveniente* e do reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo IPCC e por Al Gore, que receberam o Nobel da Paz. Kitzberger & Pérez (2009) apontam uma série de fatores que contribuíram para o interesse da imprensa latino-americana nas MCs, como as alterações na



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



regularidade de chuvas e secas, a sustentabilidade da produção de biocombustíveis, os efeitos sentidos pelas monoculturas intensivas, entre outros. Todos estes efeitos estão vinculados a atividades antropogênicas que colaboram para o aceleração das alterações climáticas (produção de energia, uso dos solos e silvicultura).

No Brasil, as investigações interessadas na interface entre jornalismo e MCs são recentes e ainda escassas. Uma das primeiras referências do nosso país é a pesquisa da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI – em cooperação com a Embaixada Britânica no País, coordenada por Vivarta (2010), na qual mostra que entre 1992 e 1995, apesar da relevância da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92), na qual foi acordada a Convenção sobre Mudanças Climáticas, as discussões tiveram uma ascensão lenta e difusa. Ao mesmo tempo, cabe sublinhar, foi neste mesmo momento que pela primeira vez houve um reconhecimento político e público – resultado do processo iniciado em 1988 com a criação do IPCC – de que o aquecimento do planeta poderia ser decorrente das emissões exageradas de gases de efeito estufa realizadas pelas atividades humanas.

De forma ainda fragmentada, outros pesquisadores brasileiros vêm se debruçando sobre esta relação por meio da produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Zoccoli-Carneiro (2008), por exemplo, estudou a cobertura do tema no jornal *O Globo*, identificando que o sensacionalismo está presente de maneira a capturar a atenção do público, mas não chega a ser mais forte que a reputação e a credibilidade do jornal. A autora defende que é preciso ver que o sensacionalismo não possui aspectos somente negativos, podendo ser usado para o agendamento do assunto na arena pública e para aproximação dos cidadãos com o assunto. Um outro exemplo é o trabalho de Moraes (2015), no qual se faz uma análise dos discursos das quatro principais revistas de informação (*Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*) sobre MCs durante a cobertura da Rio+20 e chega-se a conclusão que há uma racionalidade dominante (a econômica) em todas as revistas, oriunda de uma formação discursiva hegemônica, apesar de existir enquadramentos discursivos que diferenciem os discursos entre si. Os esforços de pesquisa nesse sentido, todavia, precisam ganhar corpo, especialmente se levarmos em conta os apontamentos de relatórios, como o do PNUD (2007), que alertam para as vulnerabilidades e, conseqüentemente, piores efeitos decorrentes das conseqüências das mudanças do clima em países em desenvolvimento.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Ainda que haja falhas e lacunas na cobertura das MCs – não apenas no Brasil –, a mediação realizada pelos meios de comunicação social é de extrema relevância para que o trabalho científico e as decisões sócio-políticas tornem-se públicas e que a população tenha informações para enfrentar tais riscos. Neste sentido, o jornalismo tem um papel social a cumprir: o de empoderar os cidadãos por meio de informações qualificadas. Mesmo reconhecendo-se os limites dos efeitos do jornalismo, acredita-se que existe uma potencialidade na sua prática em razão de sua legitimidade e vasto alcance. Concorde-se com Boykoff (2011) quando ele aponta que as representações da mídia sobre a ciência e política do clima não conduzem linearmente a opinião pública a uma mudança individual ou social, mas têm provado que são, entre outros fatores, um dos elementos-chave que tem costurado a ciência, a governança e o cotidiano das pessoas sobre a questão climática.

O ponto de partida escolhido neste texto, o Jornalismo Ambiental (doravante JA), já carrega em suas bases teóricas, detalhadas a seguir, um comprometimento com o meio ambiente e com a cidadania. Entretanto, a discussão a respeito das especificidades da cobertura das MCs pode despertar novos aportes e/ou reflexões para construir notícias alinhadas com os desafios inerentes a esta preocupação, problema e risco ambiental, que é global e complexa. Centramo-nos aqui na discussão sobre riscos, percepção de riscos e enfrentamento a fim de subsidiar de forma mais consistente o trabalho jornalístico sobre MCs, preocupado com o meio ambiente.

2. Breve revisão das bases do Jornalismo Ambiental (JA)

A concepção endossada neste trabalho é de que o JA extrapola a ideia de cobrir assuntos ambientais ou de ser mera especialização temática. As bases deste jornalismo em particular são construções recentes, provindas da preocupação pública com questões dessa ordem e motivadas sobre como os jornalistas poderiam melhor colaborar para o esclarecimento das pessoas.

No Brasil, Girardi (GIRARDI, MASSIERER & SCHWAAB, 2006) e Bueno (2007) foram os pioneiros em discutir aspectos teóricos e epistemológicos do jornalismo preocupado com o meio ambiente, buscando mesclar conhecimentos dos campos ambiental e jornalístico. Estas reflexões, feitas a partir da função social do jornalismo e da necessidade de manter a sustentabilidade da vida, objetivavam qualificar as informações e, quiçá, despertar os cidadãos para ações em prol do ambiente. De acordo com Moraes (2015), o JA possui “potencialidades emancipadoras”, o que nos

lembra que a sua concretização é ainda um caminho a ser traçado (ao menos em escala que satisfaça a necessidade de enfrentar a crise ambiental posta).

Sintetizam-se abaixo os principais pressupostos defendidos por jornalistas que defendem uma ótica diferenciada sobre as pautas ambientais. Lembra-se que estas são bases em construção e que, embora possuam potencial para difundir uma outra perspectiva, não conseguem avançar em grandes veículos de comunicação (com interesses, espaços e rotinas restritos), sendo percebida, em partes, em algumas revistas especializadas e reportagens especiais.

- 1) *Ênfase na contextualização* – a expectativa de superar a fragmentação e a descontinuidade, típicas do fazer jornalístico diário, é posta como um dos pilares deste jornalismo. Assim como o meio ambiente, a parte não explica o todo; a complexidade precisa estar presente. A visão míope do jornalismo convencional precisa ser modificada a fim de permitir que os leitores relacionem as pautas e assuntos. Portanto, a ênfase em uma contextualização ampla, profunda e crítica (tecendo relações de causas e consequências) depende também de uma apuração o mais completa possível.
- 2) *Pluralidade de vozes* – as notícias deveriam representar a pluralidade de vozes que estão envolvidas com a questão, inclusive aqueles que não detêm legitimidade científica, empresarial ou política. A partir de aspectos epistemológicos do campo ambiental, como a interdisciplinaridade e o diálogo de saberes, entende-se que é preciso romper com a construção de notícias calcadas no pensamento único, ou seja, naquele onde o conhecimento científico de natureza cartesiana é posta como a única fonte de informação confiável. Bueno (2007, p.44) sinaliza como um grande equívoco da cobertura ambiental a restrição a vozes pré-credenciadas, já que a exclusão dos cidadãos comuns do debate afronta a democracia e os reduz a “[...] meros espectadores ou vítimas do processo de degradação do meio ambiente”.
- 3) *Assimilação do saber ambiental* – a compreensão disto propõe novos valores e uma nova consciência para a prática jornalística (MORAES, 2015). Leff (2001) afirma que é preciso internalizar o saber ambiental com o objetivo de permitir um desenvolvimento sustentável, duradouro e equitativo. Este saber busca romper com a homogeneidade e com a

racionalidade dominante, sendo um primeiro passo para o fomento de outras maneiras de pensar (que leve em conta interdependências, diversidades e complexidades).

- 4) *Cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor* – além da necessidade de incorporar um olhar que procure entender as conexões nem sempre óbvias e dê visibilidade para as interdependências existentes entre economia, política, cultura e ambiente, o JA busca estar frequentemente em pauta e não se satisfazer com espaços isolados. O meio ambiente é tido como aquilo que nos cerca e não deve ser representado ou associado unicamente com matérias sobre a flora e fauna. Um outro olhar, mais amplo e vinculado ao dia a dia das pessoas, com uma “cor local” (BUENO, 2007), deve ser inserido quando tratamos de meio ambiente.
- 5) *Comprometimento com a qualificação da informação* – é preciso que os jornalistas “[...] estejam conscientes de que esta é uma atividade que requer militância, compromisso, capacitação, ética e profissionalismo” (BUENO, 2007, p.28). A militância é vista aqui como uma atitude crítica em defesa da sustentabilidade da vida ou um engajamento social que defenda os interesses de uma relação sociedade-natureza menos nociva e conflituosa. Assim, a qualificação da qual se fala objetiva, por um lado, um jornalismo coerente com os ideais ambientais e, por outro, o respeito aos critérios de apuração e redação próprios do fazer jornalístico (GIRARDI, MORAES & LOOSE, 2012).
- 6) *Responsabilidade com a mudança de pensamento* – o JA assume seu papel de contribuir para mudar o pensamento. Ele “[...] visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena” (GIRARDI *et al.*, 2012, p.148). Nesse sentido, ele pretende empoderar os cidadãos para que haja mais participação social e ações a favor da justiça ambiental. Moraes (2015, p.69) reforça essa ideia: “[...] é espaço em construção de um espírito novo, sob nova racionalidade, que leva em consideração aspectos éticos nem sempre valorizados pelas antigas demandas da produção capitalista”.

Tais itens são os que recorrentemente aparecem nos estudos de JA, com algumas pequenas variações e/ou destaques. Esta pequena revisão, compilatória, subsidia a discussão posterior a partir das especificidades das MCs, em especial, dos riscos a elas associados.

3. Os riscos climáticos e as suas percepções

Primeiramente, assume-se que o conceito de risco é multidimensional, sendo uma dimensão objetiva (quantificável) e outra simbólica (relacionadas à percepção, à comunicação, à governança, etc.). Detém-se neste texto, na perspectiva simbólica, na qual o risco é visto como um constructo social (DOUGLAS & WILDAVSKY, 2012), existente apenas em relação a uma sociedade que o apreende por meio de simbolismos e com ele convive (VEYRET, 2007). Dessa forma, em um contexto social, o risco pode ser compreendido como uma ameaça ou perigo potencial.

Já as MCs e seus riscos são assuntos que se tornam visíveis para o público geralmente por meio da mídia (HOWARD-WILLIAMS, 2009). A invisibilidade do processo da mudança do clima, sua natureza global e associada ao futuro, assim como as inúmeras incertezas que impedem correlações simplificadas entre determinado evento extremo e o processo mais amplo do fenômeno, requer que atores sociais formulem e visibilizem seus diferentes aspectos.

Como outros temas ambientais, a questão climática só se torna perceptível aos sentidos humanos quando já é tarde para evitar seus prejuízos (o clima está mudando rápido, mas isto ocorre em silêncio, discretamente; apenas quando um furacão ou o degelo de um grande *iceberg* consegue ser capturado é que nos damos conta de que algo fugiu da normalidade). Para que se torne um problema ambiental reconhecido pela sociedade, é necessário que haja antes a construção simbólica de tal problema por meio da identificação, apresentação e debate público (HANNIGAN, 1995). É nesse sentido que o jornalismo mostra-se crucial para levar a grandes públicos a discussão multifacetada e não cotidianamente visível das alterações do clima.

Quando falamos das MCs, os riscos mais frequentemente citados são dos eventos extremos (como secas, ondas de calor, inundações e tempestades). Tais riscos climáticos são citados com frequência não apenas nas notícias que tratam do assunto, mas também por autores que estudam o tema. A grande questão é que alguns riscos são mais evidenciados que outros e nem todos os públicos os interpretam da mesma maneira, como se verá mais adiante.

Beck (2013) defende que na sociedade atual, caracterizada como de risco, este passou a ser constante e onipresente. Diante dos inúmeros riscos, “naturais” e fabricados, as pessoas tendem a selecionar aqueles que, conforme fatores culturais, sociais e psicológicos, podem realmente representar uma ameaça, ignorando os demais para sobreviver.

Este autor afirma que é possível identificar apenas três reações possíveis ao risco: 1) negação; 2) apatia; e 3) transformação. Para Beck (2013), a negação está amplamente incorporada à sociedade, a apatia é posta por ele como um “nihilismo pós-moderno”, referindo-se a uma descrença, a um ceticismo sobre aquilo que é real, e a transformação está atrelada ao efeito positivo do risco, ou seja, à abertura de novas alternativas históricas de ação política.

Os dois comportamentos em relação ao risco são bastante discutidos quando lidamos com a gestão dos riscos (e de que forma devem-se comunicar os riscos). Giddens (2010, p.135) trata destas reações ao falar do ‘paradoxo de Giddens’, afirmando que as MCs são um problema que fica “num canto da mente”, ainda que traga certa preocupação, pois as pessoas não conseguem atribuir o mesmo peso para algo que é visível, tangível e presente em paralelo àquilo que é invisível, intangível e futuro. Giddens (2010) acredita que o medo e a angústia não são, necessariamente, formas de motivar as pessoas (em especial, quando os riscos são abstratos ou relacionados a um tempo distante).

A terceira reação está mais atrelada ao enfrentamento, à mudança de atitude. Beck (2013, p.36) acredita que os conflitos decorrentes dos riscos podem ser esperançosos, na medida em que “desestabilizam a ordem existente”, criando oportunidades para novas formas de agir. Seguindo sua argumentação, ele aponta que características que distinguem a sociedade moderna, como autonomia, auto isolamento e egoísmo, podem ser quebradas em razão do risco. O autor vê o risco como um meio de comunicação que tem o poder de reunir pessoas em razão de uma dada questão em uma sociedade na qual todos se centram apenas em si próprios e de construir ações coletivas para combater seus efeitos.

Todavia, para que tais riscos sejam conhecidos amplamente pelas audiências – e se revertam em reação a estes – a comunicação e o jornalismo entram em ação. Como diz Olausson (2011), é crucial reconhecer os meios de comunicação como intermediário principal entre a ciência, a política e os cidadãos, bem como seu papel na definição da agenda pública sobre MCs podendo ocasionar respostas positivas sobre este problema. O conhecimento sobre riscos e até as formas de enfrentá-los são difundidos pela mídia, fazendo com que este espaço torne-se um meio importante para o surgimento (ou não) da percepção de determinado risco. Mello *et al.* (2012) destacam que as percepções são influenciadas por fatores socioculturais, incluindo a forma como esses riscos são



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



comunicados pela imprensa, e que compreendê-los tem sido fundamental para verificar como se dá seu enfrentamento.

4. Entrelaçando JA e as especificidades dos riscos climáticos

Partindo do que foi exposto, objetiva-se relacionar e ampliar as bases do JA com a questão dos riscos climáticos, permitindo que temas complexos e incertos tenham mais diretrizes para a prática jornalística qualificada e engajada com uma outra perspectiva de mundo. Detém-se aqui, fundamentalmente, na discussão de três aspectos da cobertura dos riscos climáticos: o papel dos riscos nas notícias, o princípio da precaução e o enquadramento próximo ao cotidiano do leitor. Além disso, verificam-se como os demais pressupostos do JA cooperam para um melhor tratamento da cobertura dos possíveis efeitos das mudanças do clima.

Primeiramente, lembra-se que o risco, por si só, traz no seu âmago um forte potencial de noticiabilidade. Belmonte, Steigleder & Motter (2014) assinalam o risco como um valor-notícia no JA, tanto ao tratar de seus futuros impactos negativos, quanto na busca de soluções para minimizá-lo. Garcia (2006) também aponta o risco como uma das quatro características comuns das notícias ambientais. Esta relação, a primeira vista, parece fazer sentido, porém, se todo acontecimento que envolve risco já preenche, em alguma medida, os requisitos da notícia de meio ambiente por que apenas alguns – e não todos – os riscos são divulgados?

É preciso relativizar alguns pontos quando tomamos o risco como um fator de noticiabilidade. O grau de força de cada critério de noticiabilidade é avaliado sempre em relação a outros que estão disponíveis. Os critérios podem se sobrepor ou variar conforme as características do veículo e sua linha editorial (por exemplo: os critérios de noticiabilidade de um jornal nacional não são os mesmo de um local, assim como o de uma jornal de referência não é o mesmo de um com características populares).

Outro aspecto que deve ser repensado é em relação à frequência do risco e sua construção enquanto normalidade e anormalidade. Se aceitarmos que estamos vivendo em uma sociedade de riscos (BECK, 2010), estes deixam de ser algo excepcional ou raro e passam a ser contínuos e constantes – e o que não foge da regularidade do cotidiano não costuma ser considerado notícia.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Também a própria seleção do que representa ou não um risco varia de jornalista para jornalista, não sendo possível afirmar que todos ‘captarão’ um acontecimento em razão de seu potencial risco. Como a percepção do risco envolve uma mistura de fatores psicológicos, culturais, sociais e econômicos, que é particular de contexto para contexto e de sujeito para sujeito, é bastante difícil dizer que o potencial da ameaça, uma construção simbólica, poderá ser detectado quase automaticamente pelos jornalistas ambientais.

Dessa forma, concorda-se com Kitzinger & Reilly (2002) quando elas afirmam que a cobertura midiática do risco é seletiva. Ainda que tenham potencial de noticiabilidade, não são todos os riscos que aparecerão nas páginas dos jornais. Estas autoras realizaram um estudo com três diferentes casos que envolviam riscos com o objetivo de ver quais deles atraíam a atenção dos jornalistas e como eles davam visibilidade ou não a estes assuntos, concluindo que a própria estrutura jornalística não encoraja uma cobertura sustentada dos temas de riscos em razão das incertezas científicas, do fato de muitos riscos serem ignorados ou parecerem sob controle pelas instâncias oficiais, e – talvez o mais importante – pelo jornalismo atuar com fatos concretos e não acontecimentos projetados, como são os riscos (KITZINGER & REILLY, 2002).

Ainda sobre a cobertura dos riscos climáticos, a preocupação com uma abordagem sensacionalista (no sentido negativo), alarmista ou catastrofista dos riscos também é algo que motiva estudos na área. Geralmente esta maneira de enquadrar o assunto ou capturar a atenção do leitor, por meio da ênfase nos efeitos negativos, é atrelada à reação ou inação das pessoas para enfrentar a situação. Embora a linguagem da catástrofe chame mais atenção, há uma falta de clareza na literatura sobre os impactos que as mensagens de medo nas comunicações das MCs têm em relação ao envolvimento e engajamento do público.

O’Neill & Nicholson-Cole (2009) realizaram pesquisas em torno de representações visuais e icônicas, e demonstram que, mesmo sendo atrativas, aquelas associadas ao medo, geralmente, não motivavam o envolvimento pessoal para enfrentar as MCs. Os pesquisadores observaram o contrário: que as abordagens que alcançaram engajamento mais significativo possuíam ligações espaciais e temporais com o cotidiano dos participantes. Logo, o sensacionalismo a partir dos efeitos incontroláveis das MCs não apenas desincentiva mudanças de comportamento, como podem



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



gerar descrença e apatia em relação a todo assunto (já que as pessoas podem vir a sentir muito pequenas diante deste problema global e, aparentemente, incontrollável).

Por outro lado, a aparente falta de opções para atrair o público e satisfazer os critérios de seleção das notícias dá pistas de o porquê o discurso catastrofista aparece repetidas vezes: são estas imagens que, em geral, permitem que o tema se torne pauta e ganhe espaço no jornal. A cada risco que se transforma em tragédia, o jornalismo consegue um “gancho”, um aspecto recente que se encaixa nos atributos de noticiabilidade, para então (re)construir a estória das MCs. Os eventos políticos e a divulgação de relatórios sobre o tema costumam servir a esse propósito também. A cada reunião da COP são expectativas diferentes que alimentam o encontro de chefes de estado, permitindo que aquilo que seja discutido lá tenha algum espaço na agenda midiática.

Os jornalistas esperam eventos “reais” porque sua prática fundamenta-se no acontecimento e não na previsão deste. A não existência de uma manifestação concreta pode ser vista como especulação pala comunidade interpretativa, pois jornalistas não costumam trabalhar com projeções – e sim com fatos. “Os media noticiosos actuam melhor na notícia retrospectiva do que na notícia prospectiva sobre o risco, e as notícias retrospectivas sobre o risco são naturalmente reduzidas” (KITZINGER & REILLY, 2002. p.40).

O sensacionalismo, se usado de forma positiva, conforme sugere Zoccoli-Carneiro (2008), pode gerar alertas, difundindo a preocupação com a magnitude e urgência do problema. Contudo, se insistente ou enfático demais, pode cair no alarmismo, que remete a um problema inevitável ou fora do controle, sendo a tragédia vista como algo fatal – e, portanto, nenhuma mudança dará conta de resolver o problema. Dessa maneira, percebe-se que há uma tênue distância entre um e outro, sendo necessário recordar do princípio da precaução.

O princípio da precaução, que representa uma garantia contra riscos potenciais que, conforme o estado atual da ciência, ainda não podem ser identificados, é um aspecto relevante quando falamos de MCs, considerando as incertezas científicas e sua ameaça ao futuro. Entretanto, outros riscos ambientais deveriam se valer dele a fim de evitar prejuízos e danos às próximas gerações. Asselt & Renn (2011), ao pensarem na governança dos riscos, percebem a precaução como uma responsabilidade de alerta precoce e monitoramento. Este entendimento teria o objetivo



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



de promover a pesquisa sistemática para novos perigos não somente para minimização dos riscos, mas, ao mesmo tempo, para diminuir as vulnerabilidades decorrentes desta ameaça.

Este princípio moral e político afirma que, na ausência da certeza científica, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever este dano. Logo, a precaução deveria permear todo o processo jornalístico que está comprometido com o meio ambiente. Desde a proposta da pauta até a apuração dos pontos de vista e contextos dos entrevistados deve ser norteada pelo acautelamento. A noção de que o jornalista ambiental deve colaborar sim para o alerta e o enfrentamento dos riscos climáticos está em sintonia com sua responsabilidade de reduzir alarmismo e evitar medidas que desconsiderem as incertezas intrínsecas ao seu fenômeno.

O terceiro ponto que se faz necessário abordar na cobertura das MCs refere-se ao tipo de enquadramento que se dá aos riscos diante de sua natureza simultaneamente local e global. Um dos critérios de noticiabilidade é a proximidade do acontecimento com a realidade do leitor, a qual faz com que as informações divulgadas recebam mais atenção do que aquelas que se apresentam distantes. Dessa forma, situar o assunto em nível local, regional, nacional ou internacional interfere na forma como o leitor identificará o assunto. Este ponto manifesta relação com a pluralidade de vozes já conhecida como base do JA, mas vai além ao tentar conectar o global com o local.

Carvalho (2011), a partir de pesquisas feitas em Portugal, afirma que o cenário internacional recebe mais atenção que as instâncias locais, embora estas últimas são aquelas que justamente aproximariam a população com o tema. Esta autora diz que as ações para enfrentamento das MCs estão essencialmente associadas ao global, aqueles dos encontros políticos intergovernamentais, o que, conseqüentemente, não relaciona os hábitos e posturas da população em relação ao problema. A situação se repete em quase todos os lugares do mundo, como na França (BROSSARD, SHANAHAN & MCCOMAS, 2004) e na Espanha (FERNÁNDEZ REYES, 2010) – só para citar alguns exemplos.

Contudo, a conexão do local com o global é fundamental para se pensar em outras atitudes e o jornalismo, como campo de excelência de medição e legitimação de discursos, precisa estar atento às formas com que dissemina a questão. Ainda mais quando pesquisas apontam que os cidadãos



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



acessam compreensões sobre ciência – e o tema MCs está geralmente inserido neste escopo – majoritariamente pela cobertura que os meios de comunicação realizam (ANTILLA, 2010).

Para além destas especificidades, que poderiam ser acrescentadas a qualquer problema ambiental, verifica-se como a temática das MCs encaixa-se nos pressupostos dados pelo JA sucintamente aqui apresentados. Relacionam-se os pontos apresentados no começo do artigo com as pesquisas centradas nas MCs e seus riscos.

O primeiro deles é a ênfase na contextualização. Várias pesquisas mostram que as pessoas demonstram dúvidas sobre as MCs, seus riscos e formas de combatê-lo porque as informações recebem ênfases inadequadas. A contextualização – ou exposição sobre as circunstâncias e o lugar de discussão do fato – auxilia na compreensão correta e evita, por exemplo, que negacionistas recebam o mesmo espaço que a parcela majoritária dos cientistas que estudam o clima. A regra do equilíbrio informativo (dar o mesmo espaço para lados com opinião oposta) prejudica o entendimento do público, já que a discussão por si só não é capaz de esclarecer. É preciso saber que mais do que controvérsia, há diferentes interesses em jogo, há um cenário em que existe uma maioria, há certezas em meio às incertezas, etc..

Existe uma falha grande em apresentar a temática quase exclusivamente sob a ótica científica sem que a população entenda, de fato, as especificidades deste campo. Há muitos leitores que confundem incertezas com ignorância, quando justamente são estas que alavancam o avanço científico. Corbett e Durfee (2004) afirmam que a maior contextualização nas notícias sobre ciência climática permite ajudar na mitigação da controvérsia causada devido às incertezas. Ou seja, quanto mais informações sobre o contexto da afirmação, menor será a incerteza sobre tal fato. Cabe esclarecer que, embora os estudos voltados para o ceticismo e incertezas científicas tenham ganhado visibilidade nessa área, este é um fenômeno anglo saxão (ou de língua inglesa), que se revela com mais frequência no Reino Unido e nos Estados Unidos (PAINTER, 2013).

A pluralidade de vozes é outra ausência que se expressa nas notícias sobre MCs. Assim como em outras partes do mundo, no Brasil verifica-se a reprodução das vozes oficiais (BUENO, 2013; GIRARDI *et al.*, 2013). Além de se privilegiar as fontes do meio científico, Bueno (2007) lembra que se incorre no equívoco de apresentar a ciência e a tecnologia como atividades neutras.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/



A visibilidade recorrente somente dada a determinados atores sociais acaba por formatar a questão climática sob uma única perspectiva, que costuma reforçar o pensamento já dominante. Para ajudar com o rompimento da homogeneidade, é preciso que os jornalistas respeitem a pluralidade de visões sobre cada assunto.

Em relação à assimilação do saber ambiental, nota-se, que em algum grau, a contextualização e a busca pela pluralidade de vozes já abrem espaços para novas formas de pensar e agir. Este é um pressuposto mais sutil e não evidente em algumas notícias, porém que embasa o esforço de fazer um jornalismo que ultrapasse a cobertura superficial da questão, recorrente nos veículos não especializados. As MCs não podem ser reduzidas apenas a efeitos, debates políticos sobre responsabilização das causas, discussão científica sobre certezas e incertezas ou mesmo sobre soluções tecnológicas para mitigá-las. É preciso que se relacionem as facetas do fenômeno e que o clima seja percebido um aspecto que altera o mundo em que vivemos e aquilo que conhecemos, ou seja, como algo fundamental para planejarmos o futuro.

A compreensão de como o meio ambiente está interconectado e é interdependente já possibilita que pautas mais amplas e complexas possam ser propostas. A incorporação do saber ambiental – e de outros aspectos epistemológicos do campo ambiental – na construção da notícia climática, de forma específica, e de meio ambiente, de forma ampla, permitem haja aprofundamento das questões, além de despertar os profissionais para sua responsabilidade com a disseminação de um outro olhar – no qual o homem não seja apenas o dominador da natureza.

A cobertura sistêmica das MCs auxilia no agendamento público do debate. Embora as MCs, assim como os assuntos ambientais, tenham hoje picos de interesse (geralmente desencadeados por eventos políticos, científicos ou desastres naturais) seguidos por silenciamentos, estudos sobre a percepção de risco mostram que a mídia é a principal fonte de informação sobre assuntos complexos e com viés científico. A constante visibilização que se quer dar ao assunto visa estimular o debate e aprofundamento da questão.

Vale destacar, contudo, que o fato de a imprensa ter um papel relevante no reconhecimento de dados problemas, o nível de conhecimento que os atores sociais têm sobre o assunto não gera, automaticamente, uma mudança de comportamento (KROSNICK, HOLBROOK & VISSER, 2000). É preciso que o jornalismo se encarregue de qualificar as informações (e aqui entramos no



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



quarto pressuposto) de forma frequente para subsidiar as ações dos cidadãos, porém é necessário saber que não somente disto depende o engajamento das pessoas no que se refere às questões climáticas (e, de forma geral, ambientais).

O comprometimento com a informação de qualidade está intimamente relacionado com a responsabilidade de o jornalista desempenhar sua função social de esclarecer e modificar o pensamento hegemônico que percebe o meio ambiente, sobretudo, como recurso a ser capitalizado. Para enfrentar os riscos climáticos, é preciso primeiro que os cidadãos percebam tais ameaças potenciais e, em seguida, conheçam maneiras de combatê-los ou contribuir para sua mitigação e adaptação. O JA nos moldes que o apresentamos auxilia tanto na percepção do risco como no empoderamento dos cidadãos para que eles se mobilizem e exerçam sua cidadania.

O relatório *Psychology & Global Climate Change* (APA, 2009) pontua que os julgamentos e percepções humanas sobre MCs são importantes porque afetam os níveis de preocupação e, como consequência, a motivação para agir. O JA, a partir de suas bases, tem o potencial de atuar tanto na disseminação e agendamento do problema, quanto no esclarecimento e discussão para que as pessoas possam vir a enfrentar o problema.

5. Considerações finais

A proposta exposta tentou enfatizar como as bases do JA se fazem relevantes no contexto das mudanças do clima. O discurso jornalístico é fundamental no processo de dar visibilidade e fomentar dadas percepções sobre os riscos climáticos. Para aumentar a compreensão das pessoas sobre as MCs e buscar promover seu engajamento, notícias mais contextualizadas, plurais e afinadas com a perspectiva ambiental precisam ser construídas sistematicamente. A responsabilidade e comprometimento com a sustentabilidade e a promoção da cidadania devem ser princípios presentes para o aumento da percepção pública sobre a urgência do problema e a possibilidade de fazermos algo que reverta ou diminua suas consequências.

Além disso, acredita-se que a discussão dos riscos climáticos precisa avançar. Mais do que chamar atenção para seus efeitos negativos, é preciso repensar a abordagem dos riscos de modo a cativar o público para o enfrentamento. Esta é uma área de estudos que é complexa, pois envolve a



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



percepção individual e a social, ao mesmo tempo, e pouco estudada, mas que deve ajudar pistas de como se comunicar melhor de modo a mobilizar os cidadãos.

Soma-se a isso a necessidade de incorporar ao JA a ideia de precaução e de dar mais ênfase às conexões que se movimentam em múltiplas escalas. A busca pela relação local-global em todas as temáticas ambientais tende a melhorar a contextualização e aproximar ainda mais o leitor de assuntos pouco concretos ou distantes do seu dia a dia. A ação não pode estar deslocada do alcance do cidadão; as MCs são um problema ou risco que afeta a todos, ainda que de formas diferenciadas, e, por isso, a todos nós cabe fazer algo para minimizar seus efeitos. Ressalta-se que a intenção não é responsabilizar o indivíduo em detrimento de governos e instituições, e sim evitar a isenção de qualquer parte sobre esta questão global.

Também se destaca que embora o recorte do texto tenha sido o jornalismo, no que diz respeito à influência nas percepções de risco, a mídia representa apenas um fator, dentre outros. A ideia aqui exposta é reforçar as possibilidades que emergem de um jornalismo de caráter ambiental para a cobertura das alterações climáticas e, mais especificamente, dos riscos que delas decorrem.

Referências

ALCARAZ, Luis G.. El cambio climático en la prensa – agenda informativa y encuadres noticiosos en un caso argentino, **Revista Faro**, nº 13, 2011. p.147-159.

ANTILLA, Liisa. Self-censorship and science: a geographical review of media coverage of climate tipping point, **Public Understanding of Science**, 19 (2), 2010, p.240-256.

APA - AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Psychology and Global Climate Change: Addressing a Multi-faceted Phenomenon and Set of Challenges. Report of the American Psychological Association Task Force on the Interface Between Psychology and Global Climate Change, 2009. Disponível em: <http://www.apa.org/science/about/publications/climate-change-booklet.pdf>. Acesso em: 20/11/2014.

ASSELT, Marjolein B.A. van; RENN, Ortwin. Risk governance, **Journal of Risk Research**, 14:4, 2011. p.431-449.

BECK, Ulrich. Viver na sociedade do risco mundial e lidar com ele. In: INNERARITY, Daniel & SOLANA, Javier (orgs.). **A humanidade ameaçada: a gestão dos riscos globais**. Lisboa: Teodolito, 2013. p. 31-39.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



BECK, Ulrich. **Sociedade de risco** – Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BELMONTE, Roberto; STEIGLEDER, Débora; MOTTER, Sarah. Jornalismo ambiental: um discurso sobre risco e limite. **Anais...** Santa Cruz do Sul: 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2014.

BOYKOFF, Maxwell T.. **Who speaks for the climate?** – Making Sense of Media Reporting on Climate Change. USA: Cambridge University Press, 2011.

BOYKOFF, Maxwell T.; BOYKOFF, Jules M. Bias as balance: global warming and the US prestige press. **Global Environmental Change**, 14, 2004. p. 125–136.

BROSSARD, D., SHANAHAN, J. & MCCOMAS, K.. Are issue-cycles culturally constructed? A comparison of French and American coverage of global climate change, **Mass Communication and Society**, 7 (3), 2004. p. 359-377.

BUENO, Wilson. Imprensa e mudanças climáticas no Brasil: fontes hegemônicas e pouca atenção aos conceitos, **Razón y Palabra**, nº 84, 2013.

BUENO, Wilson. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente** – teoria e pesquisa. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

CARVALHO, Anabela (org.). **As Alterações Climáticas, os Media e os Cidadãos**. Coimbra: Grácio Editor, 2011.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e Cultura** – Um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.

DURFEE, J. L.; CORBETT, C. J.. Context and controversy: Global warming coverage. **Nieman Reports**, 59 (4), 2005.p.88-89.

FERNÁNDEZ REYES, Rogelio. Irupción mediática y representación ideológica del cambio climático en España, **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, octubre 2010. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/10/

GARCIA, Ricardo. **Sobre a terra**: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente. Lisboa: Público, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIRARDI, Ilza; MASSIERER, Carine; MORAES, Cláudia; LOOSE, Eloisa; NEULS, Gisele;

CAMANA, Angela; GERTZ, Laura. Discursos e Vozes na Cobertura Jornalística das COP15 e 16, **Em Questão**, 19 (2), 2013. p.176-194.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



GIRARDI, Ilza; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling; SCHWAAB, Reges. *Jornalismo Ambiental: caminhos e descaminhos*, **C&S**, São Bernardo do Campo, vol. 34, nº 1, 2012. p.131-152.

GIRADI, Ilza; MORAES, Cláudia; LOOSE, Eloisa. Bases do jornalismo ambiental e os desafios para a cobertura da Rio+20, **Razón y Palabra**, v. 79, 2012. p. 1-29.

GIRARDI, Ilza; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges. Pensando o jornalismo ambiental na ótica da sustentabilidade, **UNirevista**, vol. 1, nº 3, 2006.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HANSEN, Anders. **Environment, media and communication**. Routledge, 2010.

HOWARD-WILLIAMS, Rowan. Ideological construction of climate change in Australian and New Zeland Newspapers. In: BOYCE, Tammy & LEWIS, Justin. **Climate Change and the Media**. New York: Peter Lang Publishing, 2009. p.28-40.

HULME, Mike. **Why we disagree about climate change** – Understanding controversy, inaction and opportunity. New York: Cambridge University Press, 2009.

KITZINGER, Jenny; REILLY, Jacquie. **Ascensão e queda de notícias de risco**. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2002.

KITZINGER, Jenny. Researching Risk and the Media, **Health, Risk and Society**, 1/1, 1999. p.33-69.

KROSNICK, Jon A.; HOLBROOK, Allyson L.; VISSER, Penny S.. The impact of the fall 1997 debate about global warming on American public opinion, **Public Understanding of Science**, 9, 2000. p.239–260

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo, Editora Cortez, 2001.

LOOSE, Eloisa; LIMA, Myrian Del Vecchio de; CARVALHO, Anabela. Estudo dos Enquadramentos sobre Mudanças Climáticas no Jornal Brasileiro *Gazeta do Povo*. In: PINTO-COELHO, Zara & ZAGALO, Nelson. **Comunicação e Cultura**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2014. p. 139 -156.

MELLO, Allan de; DI GIULIO, Gabriela; FERREIRA, Lúcia; BATISTELLA., Mateus; CARMO, Roberto. Abordagem quantitativa em estudos sobre percepção de riscos às mudanças climáticas e ambientais: proposta no Litoral Norte de São Paulo. **Anais...** Belém: VI Encontro Nacional da Anppas, 2012.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



MERCADO, M.. Media representations of climate change in the Argentinean press. **Journalism Studies**, volume 13, Nº 2, 2012. p. 193-209.

MORAES, Cláudia Herte de. **Entre o clima e a economia**: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital. Tese. Doutorado em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2015.

OLAUSSON, Ulrika. We're the Ones to Blame: Citizens' Representtions of Climate Change and the Role of Media, **Environmental Communication**, Vol.5, No 3, 2011. p. 281-299.

O'NEILL, Saffron; NICHOLSON-COLE, Sophie. "Fear Won't Do It" - Promoting Positive Engagement With Climate Change Through Visual and Iconic Representation, **Science Communication**, Vol. 30, Nº 3, 2009. p. 355-379.

PAINTER, James. **Climate Change in the Media** – Reporting Risk and Uncertainty. London: I.B. Tauris&Co. Ltd, 2013.

PNUD. Informe sobre Desarrollo Humano 2007-2008. La lucha contra el cambio climático: Solidaridad frente a un mundo dividido. New York: Pograma de Naciones Unidas sobre Desarrollo Humano, 2007.

VEYRET, Yvette. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

VIVARTA, Veet (coord.). **Mudanças climáticas na imprensa brasileira**: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007- julho de 2007 a dezembro de 2008 (Relatório de Pesquisa). Brasília, DF, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), 2010.

WILSON, Kris. Communicating climate change through the media – Predictions, politics and perceptions. In: ALLAN, Stuart; ADAM, Barbara; CARTER, Cynthia (eds). **Environmental Risks and the Media**. London: Routledge, 2000.

ZOCCOLI-CARNEIRO, Carolina M.. **Caos no clima?** – Sensacionalismo, comunicação da ciência e a narrativa de O Globo sobre o aquecimento global. Dissertação. Mestrado em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2008.